



Comissão analisa mais projetos para o crescimento econômico

Uso de depósitos judiciais, licença ambiental e adição de biodiesel ao óleo diesel estão na pauta de hoje da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Senadores que integram o colegiado criado para analisar a Agenda Brasil — conjunto de projetos de lei com objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico — voltam a se reunir hoje. Um dos projetos a ser examinado

estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. Outro permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem. Um terceiro trata de critérios para o rateio de recursos da União para a área de saúde. **5**

Empreendimentos estratégicos de infraestrutura, como portos, podem ganhar licenciamento ambiental especial que vai agilizar o processo



Portos do Paraná

Combate a câncer ganha incentivo com dedução de IR **8**

Debatedores pedem leis sobre pesquisa clínica em humano **9**

Alterada cobrança de multa sobre venda de imóveis **7**

Servidores criticam política para a área de inteligência **6**

Proposta que cria o "PIB Verde" avança no Senado **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Benedito de Lira (E) e Rose de Freitas durante reunião da CMO sobre o superavit

Meta para 2016 pode ter redução de R\$ 30 bilhões

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, deputado Ricardo Teobaldo, entregou um adendo à proposta que deve ser votada hoje na CMO, prevendo que o superavit primário do governo federal em 2016 poderá ser reduzido em R\$ 30 bilhões no decorrer da execução orçamentária. **12**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simone Tebet (C) dirige reunião que também debateu novos dados de violência

Audiência cobra ação de universidades no combate à violência sexual contra mulher

A responsabilização dos agressores é falha nas instituições acadêmicas, que, em vez de discutir e enfrentar o problema,

preferem abafar os casos, disseram especialistas em um debate da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. **11**

O papel do Senado na história do país, em 12 capítulos

Foi lançado ontem o livro *Arquivo S — o Senado na história do Brasil*, uma coletânea da série que o

Jornal do Senado publica na primeira segunda-feira de cada mês. Parceria com o Arquivo do

Senado, as reportagens são assinadas por Ricardo Westin. O livro foi prefaciado por José Sarney. **2**



Ana Volpe/Agência Senado

Ex-presidente do Senado, José Sarney destaca protagonismo da Casa em momentos históricos retratados no livro

Começa discussão de PEC que reduz cargos comissionados **7**

Servidor licenciado poderá ter que pagar mais previdência **12**

Dívida ativa deve trazer recursos a estado e município

Aprovado ontem em Plenário, projeto dos senadores José Serra e Romário retira barreiras para a cessão de créditos da dívida ativa de estados e municípios. Com isso, os entes federativos terão uma fonte extra de recursos para enfrentar a crise econômica. A proposta será promulgada. **3**

Subcomissão vai a Mariana para avaliar desastre

A Subcomissão de Mineração, ligada à Comissão de Infraestrutura do Senado, decidiu ontem que fará diligência ao município de Mariana (MG), onde duas barragens de uma mineradora se romperam. Senadores avaliarão o impacto do desastre e as medidas tomadas até agora. **4**



Sarney discursando no evento, que teve a presença de quatro senadores, dois ex-senadores, diretores e servidores da Casa

Livro mostra atuação do Senado na história do país

Publicação que reúne o primeiro ano da seção *Arquivo S*, do **Jornal do Senado**, foi lançada ontem na Biblioteca do Senado em solenidade que contou com a presença de José Sarney, autor do prefácio

PESQUISADORES, ESTUDANTES OU qualquer cidadão interessado em conhecer melhor o Senado acabam de ganhar um novo instrumento para viajar pelos mais importantes acontecimentos do país: o *Arquivo S — o Senado na história do Brasil*. O livro, que reúne reportagens publicadas no **Jornal do Senado**, foi lançado ontem em solenidade que contou com a presença do ex-presidente da República e do Senado José Sarney, autor do prefácio. Ele destacou a contribuição do Senado para a história por meio da publicação de livros raros, ressaltando o sucesso da aliança entre jornalistas e historiadores, ao se referir ao estilo do livro, que reúne jornalismo e história.

“Fomos feitos por meio da construção de instituições que nasceram na Câmara e no Senado”, afirma Sarney no prefácio, ressaltando o protagonismo da Casa na história.

Também estiveram no lançamento Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

e Vicentinho Alves (PR-TO), além dos ex-senadores Albano Franco e Leomar Quintanilha.

Segundo o autor das reportagens, o jornalista Ricardo Westin, o *Arquivo S* é um trabalho multimídia realizado em parceria com a Secretaria de Arquivo do Senado e disponibilizado também nos demais veículos de comunicação da Casa, como o Portal de Notícias, TV, Rádio e redes sociais. — É importante para compreendermos a história do Brasil, o papel do Senado nessa história e, principalmente, para que entendamos melhor o nosso presente, lembrando que a jornada não foi curta.

Para a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Virgínia Malheiros Galvez, graças ao trabalho conjunto, o *Arquivo S* permite que os veículos levem ao cidadão não apenas a informação do que acontece hoje, mas a atuação dos senadores em momentos importantes da nação.

— É com muito orgulho que a Secom consegue expor e divulgar o Senado na pers-

pectiva histórica. Temos nos dedicado com afinco para mostrar a seriedade com que os senadores têm trabalhado pelo Brasil — afirmou.

Já a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, ressaltou que o *Arquivo S* é uma obra diferenciada “porque olha os fatos históricos sob uma ótica distinta”, a do Senado.

O coordenador do Arquivo, Wênis de Almeida Batista, ressaltou que o Senado tem a missão de dar acesso, a um número cada vez maior de cidadãos, aos documentos históricos sob a guarda da Casa.

Cada episódio do livro, ilustrado pelo chefe do Serviço de Arte da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Bruno Bazílio, é um recorte histórico que começa no Brasil Império e culmina na Nova República. Entre os temas, estão a Guerra do Paraguai, a primeira eleição presidencial direta, a 1ª Guerra Mundial, a fundação da Petrobras e a Copa de 1958.

Baixe o livro na íntegra, em pdf: <http://bit.ly/Arquivo-S>

ILB assina termo para oferta de curso de pós-graduação em orçamento público

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) assinou, na sexta-feira, termo de compromisso com o Instituto Serzedello Corrêa (TCU), com a Secretaria de Orçamento Federal e com a Controladoria-Geral da União (CGU) para a implementação do novo curso de pós-graduação lato sensu do Senado na área de orçamento público. A Escola do Legislativo da Câmara Legislativa do DF também assinará o termo. A previsão de início das aulas é fevereiro de 2016.

O curso de especialização vai capacitar servidores públicos dos Poderes Legislativo e Executivo vinculados aos órgãos conveniados para desenvolver as etapas do processo orçamentário.

A parceria prevê que cada

órgão terá a prerrogativa de indicar, com exclusividade, os professores de determinadas disciplinas. Ao Senado, caberá indicar os de processo legislativo orçamentário e os de políticas públicas e orçamento no contexto brasileiro.

O diretor executivo do ILB, Helder Rebouças, destacou a importância do curso no cenário atual.

— Este será um dos cursos mais procurados do ILB. Em grande parte, pelo momento econômico atual, no qual se torna tão necessário o aperfeiçoamento do processo orçamentário.

Serão oferecidas 45 vagas, sendo 7 para cada uma das instituições parceiras e 17 para os servidores do Senado.

Paim cobra diálogo entre governo e caminhoneiros

Paulo Paim (PT-RS) defendeu diálogo entre os caminhoneiros e representantes do governo para resolver a paralisação da categoria.

Segundo ele, a greve divide opiniões: uns dizem que visa enfraquecer a presidente Dilma Rousseff; outros afirmam que é uma estratégia para ver as reivindicações do início do ano efetivamente atendidas pelo governo.

Por isso, a saída é a negociação, avaliou Paim:

— Calculem a importância do transporte de caminhões, porque o Brasil hoje é transportado sobre rodas de caminhoneiros. Não deveria ser, mas é.



Pedro Franco/Agência Senado

Acampamento contra Dilma deve ficar mais afastado do Congresso, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o acampamento montado em frente ao Congresso Nacional por manifestantes a favor do impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, deveria ficar em local mais afastado. Para isso, será necessária, segundo ele, uma decisão conjunta com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

— Há um ato assinado pelos presidentes da Câmara e do Senado dizendo que se trata de uma tarefa conjunta. O

acampamento deve ficar depois do asfalto, e não perto do Congresso — explicou o presidente.

O acampamento está montado desde o fim de outubro no gramado central, em frente ao Palácio do Congresso. Cerca de 100 barracas estão no espaço, que já conta com tendas de apoio e banheiros químicos. Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online são alguns dos grupos contrários à presidente Dilma que participam da iniciativa.



Manifestantes ocupam gramado em frente ao Congresso desde outubro

Pedro Franco/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CL Lei de Licitação**
8h30 Na pauta, projeto que moderniza a Lei de Licitações e Contratos.
- CAS Próteses**
9h Projeto que torna obrigatória a emissão de documentos relativos a órteses e próteses é um dos itens da pauta.
- CDR Brasil Central**
9h Debate sobre Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.
- CCJ Desvinculação**
10h A comissão analisa, entre outros projetos, PEC que veda a vinculação automática de remuneração de agentes públicos.
- PRESIDÊNCIA Embaixador**
11h Renan Calheiros recebe o embaixador João Carlos de Souza Gomes, chefe da Assessoria de Assuntos Federativos do Itamaraty. Às 16h, preside a ordem do dia.
- CAE Emendas**
11h A comissão avalia emendas ao Plano Plurianual para 2016–2019.
- CDH Adolescente infrator**
11h Na pauta, texto que amplia período máximo de internação de jovem infrator.
- CE Base curricular**
11h Audiência pública interativa sobre a base nacional comum curricular.
- CMO Orçamento 2016**
14h A comissão analisa relatórios apresentados ao projeto de Lei Orçamentária 2016.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h A pauta do Plenário continua trancada pelas MPs 684 e 685, de 2015.
- AGENDA BRASIL Biodiesel**
14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional analisa projeto que prevê a adição obrigatória de biodiesel no óleo diesel.
- ASSASSINATO DE JOVENS Debate**
14h30 Audiência da CPI com a presença dos secretários de Segurança Pública do Rio de Janeiro, da Bahia e do Ceará.
- CPI DO FUTEBOL Reunião**
14h30 A CPI do Futebol analisa requerimentos.
- CCT Emendas**
14h30 A comissão discute e vota emendas ao Plano Plurianual da União para o período de 2016–2019.
- MP 691 Relatório**
15h A comissão que analisa a medida provisória, que trata da gestão de imóveis da União, retoma a análise do relatório sobre a MP.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova projeto que alivia estados e municípios

Pela proposta dos senadores José Serra e Romário, serão alteradas as normas que impedem os entes federativos de captarem recursos cedendo créditos das dívidas ativas. Texto vai a promulgação

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de resolução do Senado que elimina barreiras à cessão de créditos da dívida ativa de estados e municípios. A proposta, dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Romário (PSB-RJ), havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi levada ao Plenário em regime de urgência.

O PRS 50/2015 altera o critério introduzido pela recém-aprovada Resolução do Senado 11/2015. Os autores argumentam que a resolu-

ção foi editada para tornar explícita a interpretação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre essa cessão de créditos.

Contudo, acrescentaram, a nova norma criou barreiras inadequadas à cessão dos créditos. Igualaram-se essas operações às de antecipação de receitas de royalties, “duas ações de natureza completamente distinta”, segundo os senadores.

Além disso, na avaliação de Serra e Romário, a legislação “vinculou ilegalmente os re-

ursos oriundos das cessões dos direitos creditórios a pagamento de dívida e despesas previdenciárias”.

A proposta assegura ainda que o risco associado à operação não caberá a estados ou municípios.

Serra disse que a medida vai facilitar a vida de estados e municípios, que precisam captar recursos em um momento de crise econômica.

O projeto, que teve parecer favorável do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator na CAE, segue para promulgação.

Em reunião, líderes afirmam que tirar país da crise é prioridade

O Senado precisa contribuir para tirar o país da crise, com propostas diferentes do aumento de impostos. A postura foi defendida ontem pelo líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), ao final da reunião de líderes com o presidente da Casa, Renan Calheiros. Segundo Cássio, os senadores perceberam que é preciso mudar “a agenda do aumento de tributos”.

— Acho que a nossa grande responsabilidade é apontar caminhos para saída dessa dificuldade que não seja pela via do aumento de impostos, como tem desejado o governo. O cenário econômico agrava-se a cada momento e o Senado fará sua parte ao tentar sair dessa agenda de aumento de carga tributária — afirmou o senador.

A primeira medida nesse sentido será a aprovação da MP 685/2015, que institui programa para pagamento de débitos tributários contestados pelos contribuintes. A medida é uma das MPs que trancam a pauta do Senado e deve ser votada hoje.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 22/2015, a MP pode beneficiar, de acordo com a Receita Federal, mais de 60 mil contribuintes com dívidas com a

administração pública.

Na reunião, os senadores acordaram votar hoje o Projeto de Lei do Senado 298/2015, que prevê a repatriação de recursos depositados ilegalmente no exterior. O projeto, de autoria de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi retirado da pauta do Plenário para que o Congresso votasse a proposta do Executivo, a fim de agilizar a votação da matéria.

— O debate que está saindo da Câmara dos Deputados é de um projeto que se deforma na origem e não estabelece as cláusulas de proteção para recursos ilícitos. Este projeto que está no Senado é só para recursos lícitos. Nesse momento, o melhor para o país é ter a regularização dos ativos cambiais que estão no exterior de forma lícita e sem nenhum problema — defendeu.

Participaram da reunião Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo; Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM; Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB; o vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC); a líder do PCdoB, Vanessa Grazziotin (AM); e Alvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Lídice da Mata (PSB-BA) e Blairo Maggi (PR-MT).



Serra defende o projeto tendo em vista que estados e municípios precisam de recursos para enfrentar a crise econômica

Rejeitada urgência para texto que permite destaque por bancada

Foi rejeitado em Plenário, ontem, pedido de urgência para a votação do projeto de resolução (PRS 12/2015) que altera o Regimento Interno do Senado para possibilitar a apresentação de requerimentos de destaque por bancada de partido, dentro de limites fixados com base na proporcionalidade partidária.

A proposta é de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que explicou os objetivos da alteração:

— É para que as minorias não sejam atropeladas nas análises em globo dos destaques. Para aquele autor de emenda que não foi atendida pelo relator, pois ele não tem nenhum outro mecanismo viável no Senado. Ficamos tolhidos de poder

defender nossas emendas, de poder melhorar o texto do projeto. É para que possamos com isso ampliar o debate, dando a oportunidade de que não apenas prevaleça a vontade do relator — disse o senador.

O texto, relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), havia sido aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas no Plenário enfrentou resistência da base aliada ao governo.

— Foram decisões semelhantes a essa que tornaram quase que ingovernáveis a Câmara e os projetos mais simples que por ali tramitam — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Na oposição, Cássio Cunha

Lima (PB), líder do PSDB, considerou a proposta “modernizadora e oportuna”.

— É uma defesa das minorias, uma oportunidade de ampliar o debate.



Cássio Cunha Lima, favorável à proposta, diz que ela possibilita ampliar debate

Vários senadores se manifestaram a favor da proposta, mas contra o regime de urgência para a tramitação e pediram mais tempo para discussão.

O destaque é o instrumento

do processo legislativo que equivale ao último recurso para se alterar uma proposta em Plenário, depois de já ter sido aprovado o texto básico. É possível solicitar destaque de dispositivos desse texto, por exemplo, para solicitar que sejam excluídos. Também é possível propor destaque para incluir no texto emendas não aproveitadas pelo relator.

A iniciativa de apresentação pode ser de qualquer senador, mas depende de aprovação prévia do pedido pelo Plenário. No caso dos destaques de bancada, como previsto no projeto, a análise do mérito da alteração pretendida no texto básico passa a ser automática.

Governadores do Brasil Central se reúnem para discutir acordo de cooperação

Governadores de cinco estados e do Distrito Federal participarão hoje de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre a formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil. Proposto na forma de autarquia, o consórcio se propõe a

ser um modelo institucional de cooperação interfederativa, por meio do qual serão implementadas ações para o desenvolvimento social e econômico do Brasil Central.

Confirmaram presença na audiência os governadores do DF, Rodrigo Rollemberg; de Goiás, Marconi Perillo; de

Mato Grosso, Pedro Taques; de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; de Rondônia, Confúcio Moura; e do Tocantins, Marcelo Miranda.

A audiência é uma iniciativa de Simone Tebet (PMDB-MS). Ela destacou que a região central do Brasil foi a que mais cresceu nos últimos

dez anos e apresentou maior redução da taxa de pobreza. Com cerca de 20 milhões de habitantes, responde hoje por 11,27% do PIB brasileiro, disse a senadora.

“Apesar dos avanços, sobram desafios, como a implantação de parques tecnológicos. Para fazer frente

a esses desafios, a criação de uma instância interfederativa de planejamento, coordenação, deliberação e fomento parece ser uma estratégia consequente”, afirma a senadora ao justificar a audiência.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senadores visitarão área de desastre em Minas

A subcomissão do setor de mineração fará diligência em Bento Rodrigues para analisar o impacto do rompimento de barragens de rejeitos de minério e as medidas tomadas

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Acompanhamento do Setor de Mineração, ligada à Comissão de Infraestrutura (CI), aprovou ontem requerimento para a realização de uma diligência dos senadores ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG), onde houve o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, na quinta-feira passada.

O objetivo da visita é permitir à subcomissão tomar conhecimento do impacto para as localidades atingidas e analisar tecnicamente as medidas que estão sendo tomadas pelas autoridades públicas.

— Essa subcomissão foi criada para entender e defender o setor de mineração e precisamos tirar uma lição disso porque são inúmeras as empresas de rejeitos na área de mineração neste país — afirmou o senador Wilder Moraes (PP-GO), presidente do colegiado.

Também ontem foi aprovada a realização de uma audiência pública sobre o acidente. Serão discutidas as condições e as consequências do desastre. Os senadores também vão buscar medidas para tentar impedir novas ocorrências como essa.

Entre os convidados para o debate, estão representantes da Samarco, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Presença do governo

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Magno Malta (PR-ES) cobraram, em pronunciamento no Plenário, a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, na cidade de Mariana. Até o momento, seis mortes foram confirmadas em decorrência da enxurrada de lama provocada pelo rompimento das barragens.

Para os senadores, a presidente comete um grave erro ao não comparecer à cidade para prestar apoio às famílias das vítimas e também aos cidadãos que estão desabrigados por causa do desastre.

— Durante a campanha, a presidente se disse mineira e, quando o seu povo passa por uma tragédia como essa, ela não tem a consideração de mandar um gesto de solidariedade. Por muito menos, ela se desloca para inaugurar casas do Programa Minha Casa, Minha Vida — criticou Flexa.

Magno Malta disse estranhar não só a ausência de Dilma até agora como também a falta de mobilização de ministros cujas pastas têm a ver com o incidente, como Minas e Energia e Meio Ambiente. Além disso, ele expressou preocupação com os municípios capixabas, uma vez que a lama despejada pelo rompimento da barragem vem descendo o Rio Doce e se aproximando do Espírito Santo.

— O povo do meu estado está vivendo uma expectativa também. Sabe Deus o que vai acontecer no nosso estado. O que aconteceu em Minas Gerais nós já sabemos — lamentou.



Distrito de Mariana ficou debaixo de lama depois do rompimento de duas barragens de uma mineradora, na quinta: até agora 6 mortes foram registradas

Debatedores pedem novo código de mineração

AGENDA BRASIL

Desoneração, desburocratização e garantia de segurança jurídica são as principais reivindicações dos representantes do setor de minerais usados na construção civil. Eles participaram de audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração. O projeto do novo marco regulatório da área (PL 5.807/2013) tramita na Câmara dos Deputados, onde é analisado por uma comissão especial.

A cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), espécie de royalty da mineração, é uma das principais questões que precisam ser solucionadas pelo código, de acordo com o setor. Os bens minerais presentes no subsolo brasileiro pertencem à União, que pode cobrar pela exploração. Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais, Reinaldo Sampaio, é preciso, primeiro, buscar uma alíquota que não desestimule a atividade econômica.

Outro problema é a base de cálculo, como aponta o representante da Associação Nacional da Indústria Cerâmica, César Gonçalves. Ele ressaltou

que a grande maioria das cerâmicas não adquire argila, faz a sua própria mineração. O substitutivo do projeto prevê que a Cfem será calculada com base no custo apurado até o momento imediatamente anterior à transformação do bem mineral no estabelecimento minerador.

— A definição de transformação gera diferentes entendimentos entre as superintendências estaduais, causando muita insegurança às empresas, principalmente às de pequeno porte — esclareceu.

A sugestão apresentada por Gonçalves foi alterar a redação para que, no caso do bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador, a Cfem seja calculada com base no custo apurado na extração.

Área urbana

O representante do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, José Macedo Misael de Sousa, destacou que a indústria normalmente se situa perto das jazidas e, por isso, interioriza o desenvolvimento.

Mas, com o crescimento desordenado das cidades, algumas pedreiras que antes se localizavam fora da área urbana acabam sendo “engolidas” e passam a ser consideradas um problema, como resalta Marcos

Brandão, representante das Indústrias Extrativas de Pedreiras de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

— À medida que isso acontece, as pedreiras vão ficando mais longe, o que agrega preço. Mas causamos pouco impacto, temos tecnologia. Nosso produto é uma cesta básica da construção civil e temos que estar perto, nós produzimos muito barato, não cabe frete.

Entre os produtos oferecidos pela indústria mineradora à construção civil, estão areia e brita, essenciais para a elaboração de concreto e argamassa, além de calcário, argila e rochas ornamentais. Esses materiais têm custo reduzido e geram milhões de empregos diretos e indiretos, de acordo com os mineradores. Por isso, o setor pede que a demora no licenciamento ambiental e a burocracia sejam solucionadas no código da mineração.

Marco regulatório

O novo código faz parte da Agenda Brasil, conjunto de medidas propostas pelo Senado para retomar o crescimento. O código deve tirar os pequenos mineradores da ilegalidade, garantir recursos para os municípios impactados pela mineração e fazer andar cerca de 70 mil projetos paralisados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou mais agilidade na tramitação do projeto. Ele requereu a realização de audiência com o relator da matéria, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), o Ministério de Minas e Energia e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Já o presidente da subcomissão, Wilder Moraes (PP-GO), sugeriu a elaboração de uma proposta paralela à da Câmara, a partir da Comissão de Infraestrutura.

— Temos características diferentes de cada estado, não queremos fazer um projeto genérico para o Brasil. Então, com esses debates nós vamos ter condição de ajudar muito nesse novo marco regulatório. O Brasil tem que avançar — disse.



Wilder Moraes (C), que preside a subcomissão, sugere fazer projeto alternativo ao da Câmara

Primeiro item da pauta especial reestabelece prazos para que o dinheiro relativo a depósitos judiciais e administrativos seja liberado para uso por estados e municípios

Comissão retoma projetos de desenvolvimento

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional volta a se reunir hoje, às 14h30, para analisar propostas relacionadas à Agenda Brasil, pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico.

O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 183/2015, de José Serra (PSDB-SP). O texto permite aos estados e municípios o uso dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento. Na justificativa do projeto, Serra diz que os valores depositados na rede bancária referentes a litígios judiciais e administrativos constituem “importante receita em potencial”. O reconhecimento de parte desses valores como receita corrente, diz o senador, é uma forma de aumentar a arrecadação a um custo baixo. A alternativa seria captar recursos no mercado a juros relativamente altos por meio de operações de crédito internas e externas.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), vai apresentar um substitutivo à matéria. O teor do texto foi aproveitado no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 15/2015, que tratava da alteração do indexador das dívidas públicas, mas a lei foi sancionada com vetos nos dispositivos que previam prazo máximo de transferência do estoque de depósitos já constituídos e daqueles que virão a ser feitos em função de novas demandas judiciais.

O texto original previa que



Os portos estão entre os que podem se beneficiar da licença ambiental especial, prevista em projeto da Agenda Brasil

a transferência dos recursos deveria ocorrer em até 15 dias contados a partir da data de assinatura do termo de compromisso. Além disso, para os novos depósitos, as transferências deveriam ocorrer até dez dias após a data de cada novo depósito.

Para Blairo, os vetos retiraram parte da eficácia da medida. Sem a definição de prazos, a obrigatoriedade da transferência desses valores para os estados e municípios teria ficado prejudicada, pois os vetos terminaram por permitir a retenção por tempo indeterminado.

Novos prazos

Em face disso, o senador propôs emenda substitutiva que inclui novo prazo no texto. No lugar de 15 dias, fixou-se 45 dias para que sejam transferidos os valores equivalentes a 70% dos saldos dos depósitos da administração direta e indireta, exceto nos casos em que figurem como parte as

estatais não dependentes. A intenção é incorporar o tempo destinado ao desenvolvimento, por parte dos bancos, da tecnologia necessária para realizar as transferências. Já para os novos depósitos, foi mantido o prazo de dez dias.

Outras alterações feitas por Blairo estabelecem a obrigação de o governo manter atualizados, nas instituições financeiras, os dados necessários para as transferências.

O substitutivo também determina que os presidentes de tribunal e de instituição financeira oficial que não cumprirem o disposto na legislação serão responsabilizados administrativamente e civilmente. Além disso, deverão responder ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O substitutivo ainda trata da obrigatoriedade de as instituições financeiras informarem ao ente federado, mensalmente, a respeito do saldo atualizado dos depósitos judiciais

Também consta da pauta o PLS 654/2015, que cria o licenciamento ambiental especial. Trata-se de um procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos, como sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos e obras de telecomunicações e energia. O autor da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lamenta “a morosidade dos órgãos ambientais”. Jucá chega a apontar o licenciamento ambiental como o vilão do atraso dos investimentos no país.

Obras estratégicas

Segundo Jucá, o “licenciamento ambiental especial” vai atingir empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos para o “desenvolvimento sustentável nacional”. O que se propõe, diz o senador, é o licenciamento ambiental “integrado, célere e eficaz”, com o objetivo de

emissão de uma licença única, sem esquecer a preocupação com os impactos ambientais decorrentes da atividade e as medidas compensatórias devidas.

O projeto ainda estabelece prazos e prevê a criação de um comitê específico para cada empreendimento, composto pelos órgãos relacionados ao licenciamento ambiental. A matéria, que tramita em caráter terminativo, conta com o apoio do relator, Blairo Maggi.

Biodiesel

Os senadores também devem analisar o PLS 613/2015, que trata da adição de biodiesel ao óleo diesel. Segundo o autor da matéria, Donizeti Nogueira (PT-TO), a legislação atual obriga a adição de 7% de biodiesel ao óleo diesel. O projeto, por sua vez, prevê que a mistura chegue progressivamente a 10% do óleo de origem vegetal. O texto original previa que nas cidades com mais de 500 mil habitantes fosse obrigatória a adição de 20% de biodiesel ao combustível usado no transporte público. Porém, o relator da matéria, Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou uma emenda de José Medeiros (PPS-MT) e colocou a obrigação para cidades com mais de 200 mil habitantes.

Ainda constam da pauta o PLS 397/2015, que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública; o PLS 187/2012, que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem; e o PLS 189/2014, que trata de critérios para o rateio de recursos da União para a área de saúde.

Para Cristovam, governo não tem condição de superar crise

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem, em discurso, a situação da economia do país, que está “desarrumada”. Ele classificou a inflação como uma forma de corrupção generalizada na qual governos e empresários são os grandes beneficiários.

O senador afirmou que o Brasil é o país com a maior carga fiscal do mundo e lamentou que o governo não preste à população os serviços a que teria direito quem paga impostos. Cristovam citou os juros do cartão de crédito e o endividamento do governo e da sociedade como alguns dos sinais que demonstram a crise na economia.

— Lamentavelmente, eu não vejo no atual governo condições de arrumar o Brasil. Não vejo capacidade técnica. Não vejo credibilidade moral para levar adiante essa arrumação e não vejo vontade política para isso, porque estão iludidos — avaliou.

Ele afirmou, no entanto, que não crê que a saída seja a interrupção do mandato da presidente Dilma, “porque ainda não teve nenhum carimbo do seu envolvimento em crime”. Cristovam disse ainda que o Congresso não está “dando o que deveria dar”:

— Não estamos conseguindo transformar o Senado e a Câmara no ambiente propício para definir uma arrumação do Brasil.

Situação não é tão grave quanto mostra a imprensa, diz Telmário



Pedro Franco/Agência Senado

A forma como a imprensa noticia a crise econômica faz com que as pessoas acreditem que esse momento seja mais grave do que realmente é, disse Telmário Mota (PDT-RR). Na opinião dele, isso aumenta o pessimismo da população e reforça os efeitos negativos do atual cenário econômico.

O senador reconheceu que o momento exige medidas impopulares, mas enfatizou que as propostas do governo são necessárias. Lembrou que o país viveu outras crises e garantiu que os impactos da recessão atual na inflação e no desemprego são menores do que em outros períodos. Relacionando a crise brasileira à enfrentada por outros países, disse que as adversidades em um ponto do planeta afetam outras regiões:

— A atual crise não afeta somente o Brasil. Seja pela retração da economia da China, seja pela queda no preço das matérias-primas, o fato é que a crise afeta países como Rússia, Indonésia, Canadá e Itália.

Telmário disse acreditar que o país começa a reagir. Ele citou como exemplo a balança de pagamentos: de janeiro a setembro, as exportações superaram as importações em US\$ 10,2 bilhões, afirmou.

Valadares quer aliança política para país superar dificuldades



Antônio Carlos Valadares/Agência Senado

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que, enquanto a crise política não for solucionada, o país vai continuar enfrentando dificuldades na economia. Ele disse concordar com o empresário Abílio Diniz, que afirmou recentemente que, assim que o país superar a crise política, a solução das dificuldades econômicas virá rapidamente. Isso porque, por estarem diante de um mercado atraente, com câmbio favorável, os investidores encontrarão um cenário propício para aplicar seu dinheiro, relatou.

O senador sugeriu uma grande aliança nacional para vencer a crise política, envolvendo lideranças de todos os partidos políticos.

— A partir disso, poderemos passar à agenda da produtividade, discutindo a reforma do Estado, a simplificação dos impostos e as estratégias de médio e longo prazos para o desenvolvimento de nosso país.

O senador criticou o comportamento de governistas e opositoristas no Congresso, “mais preocupados com seus próprios interesses”. Ele também alertou para o risco de surgir liderança com discurso populista, que represente o papel de “salvador da pátria”.

Na Câmara desde 2001, criação da Política Nacional de Inteligência foi considerada “reativa” por oficial, que cobra atenção ao poder de iniciativa para antecipar problemas

Projeto de lei da inteligência recebe críticas

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES públicos da área de inteligência criticaram ontem a proposta que cria a Política Nacional de Inteligência (PNI), sob análise do Congresso desde 2001. Eles participaram de audiência pública na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (CCAI).

O projeto (PDC 1.570/2001), que encontra-se em análise na Câmara dos Deputados, estabelece diretrizes para o setor nacional de inteligência e organiza as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O texto está pronto para apreciação e chegou a entrar na pauta do Plenário neste ano, mas acabou sendo retirado.

Para Luciano Jorge, vice-presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência, as medidas contidas no projeto são “reativas”, pois se concentram apenas no caráter defensivo e deixam de lado o poder de iniciativa.

— O papel da inteligência é antecipar os problemas, melhorar a qualidade do planejamento estatal e otimizar recursos. Nosso trabalho vem antes do trabalho dos outros para dar mais qualidade a ele — explicou.

Carlos Terra Estrela, presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência, lamentou o “vácuo” existente na legislação pela falta de aprovação da PNI. Ele lembrou que a Abin foi criada em 1999 e é prejudicada por, além da ausência de política própria, não estar na Constituição.

Luciano Jorge observou que os países com as políticas de inteligência mais bem-sucedidas são aqueles que sabem o que querem obter dos seus serviços de inteligência. No caso do Brasil, ele citou o controle das fronteiras como um exemplo de área em que o trabalho da Abin deve ser proativo. Outro exemplo seria a segurança das comunicações.

— O Brasil só tem um satélite geoestacionário [que fica sempre sobre o mesmo ponto fixo da Terra] e ele nem é brasileiro. Um erro de controle que desvie o ângulo faria o Brasil perder toda a capacidade de se comunicar — alertou.

O satélite pertence a uma empresa mexicana. Para ele, a estabilidade desse sistema deveria estar nas mãos da inteligência brasileira.

Uma solução para reforçar essa mentalidade mais abrangente seria não deixar apenas a



Ao lado de Cristovam Buarque (3º à esq.), deputada Jô Moraes preside comissão que ouviu servidores do setor de inteligência

Abin responsável por elas. Em vez disso, o ideal seria envolver ministérios nesse universo, dando a eles atribuições estratégicas que deixariam evidente que a inteligência não se limita à contraespionagem e proteção, mas se estende a políticas públicas.

Outra medida que poderia constar da PNI, segundo Jorge, seria o fortalecimento de serviços de inteligência locais, que cooperassem com as administrações municipais e com as polícias civis e militares dos estados.

Já Estrela chamou a atenção para as atividades de recrutamento do grupo terrorista Estado Islâmico, que tem atraído jovens de diversos países — inclusive do Brasil.

Além disso, ele ressaltou características nacionais que deveriam despertar o interesse das autoridades em desenvolver um sistema de inteligência eficiente, tais como ser a maior economia do Mercosul e o maior detentor de água doce do mundo.

Carreira

Os debatedores comentaram também a atual situação das carreiras profissionais ligadas às atividades de inteligência. Segundo Estrela, o plano de carreira mais recente elaborado pela Abin excluiu servidores antigos da agência, os quais ele defende que sejam incluídos de volta, por reconhecimento a suas contribuições profissionais.

Jorge destacou que a Abin não realiza concurso para oficiais há sete anos e que a categoria conta com um terço do efetivo previsto em lei. Ele pediu fortalecimento e expansão da carreira.

A CCAI já havia discutido em audiência pública anterior os prejuízos da falta de uma política nacional de atividades de inteligência. A audiência de ontem foi a última do ano, segundo a presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

Ela também disse que a CCAI reunirá as conclusões ao longo de 2015 em um relatório que será entregue ao ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini.

Relatório sobre MP que aumenta bebida tem votação adiada

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 690/2015, que eleva tributos para bebidas e eletrônicos, adiou para a quinta da próxima semana a análise do relatório de Humberto Costa (PT-PE), que seria votado ontem. Um pedido de vista suspendeu a deliberação.

A MP 690 altera a forma de tributação de bebidas quentes — como cachaça, vinho, uísque e vodca — e acaba com a isenção do PIS-Pasep e da Cofins sobre produtos eletrônicos como computadores, smartphones e tablets. A isenção estava prevista na Lei do Bem (Lei 11.196/2005).

O relator optou por adiar por um mês o prazo para entrada em vigor do aumento na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS-Pasep e da Cofins previsto na proposta encaminhada pelo governo.

A primeira alteração alcança o aumento dos impostos sobre as bebidas quentes, que passará a valer a partir de 1º de janeiro de 2016.

Com o relatório, a cobrança do IPI sobre as bebidas passará a ser calculado pela alíquota sobre o valor do produto. Hoje, segundo a Lei 7.798/1989, o IPI sobre as bebidas é cobrado em valor fixo sobre a quantidade produzida.

— Esse regime cria distorções na livre concorrência. Há bebidas de elevadíssimo valor comercial em que incide um total de imposto de apenas R\$ 0,73 — argumentou Humberto.

As alíquotas vão variar de 10% a 30%, dependendo do tipo de bebida.



Relatório de Humberto também altera a forma de tributação de produtos eletrônicos, como tablets

Os percentuais foram definidos em decreto publicado no mesmo dia da MP 690.

Eletrônicos

O segundo prazo expandido pelo relator diz respeito à antecipação da extinção do Programa de Inclusão Digital, que isentava computadores, smartphones, roteadores e tablets da cobrança de PIS-Pasep e da Cofins. O texto fixava a entrada em vigor para 1º de dezembro. O relator entendeu que a melhor ocasião para o aumento seria em 1º de janeiro de 2016, para não prejudicar as vendas de fim de ano.

Humberto considera que isenções fiscais setoriais vão de encontro ao esforço do governo para conter a crise.

— Ou adotamos critério justo para reduzir os benefícios fiscais setoriais

ou iremos nos deparar com a necessidade de aprovar projetos que aumentam tributos — ponderou.

O líder da Minoria na Câmara, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), criticou a medida. Para ele, o aumento da tributação sobre os produtos de informática prejudica o consumidor final, já que o acréscimo deve ser repassado pelo produtor via aumento de preço. Pauderney propôs emendas ao texto original para que o aumento seja feito de forma gradual, com alíquotas de 3,67% (2016), 5,6% (2017) e 7,3% (2018), ou de forma constante, com alíquota de 3,65% até 2018.

— A indústria brasileira ainda não está madura para suportar a competição com os computadores produzidos em outros mercados, sem os atuais benefícios da Lei do Bem — sustentou.

A isenção começou em 2005 e vigoraria até 31 de dezembro de 2018. Humberto concordou com a justificativa de que o benefício já cumpriu a função de fomento à atividade econômica.

O relator manteve a obrigatoriedade de empresas detentoras de direitos de autor, imagem, nome, marca ou voz pagarem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A nova cobrança passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2016 e incide sobre o lucro com base em toda a receita auferida, sem nenhum desconto, como hoje.

Para Humberto, é necessário equilibrar a tributação sobre as pessoas físicas, inclusive quando os detentores, como artistas e escritores, criam empresas para receber direitos autorais.

— A abertura de pessoas jurídicas para recebimento dos valores é um abuso, com o único objetivo de reduzir a carga tributária. Não se pode pactuar com a ideia de empresas sem propósito econômico ou social, mas apenas finalidade de evasão fiscal — concluiu.

Atualmente, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL das empresas que exploram direitos autorais equivale a 32% da renda obtida. Esse valor é considerado o lucro presumido, sobre o qual recairão os tributos.

A MP acaba com a redução do valor total, prevista na Lei 9.430/1996, fazendo com que os tributos incidam sobre a totalidade da receita.



Autor da proposta, Ferraço fala na CAE ao lado de Fernando Bezerra: alteração na Lei do Bem para beneficiar cidadão

Mudança em multa sobre venda de imóvel é aprovada

Projeto aumenta de um para seis meses o início da cobrança se o proprietário não pagar Imposto de Renda sobre ganho de capital na comercialização do bem. Texto passou na CAE e deve ir para a Câmara

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou em decisão final ontem projeto de lei de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que altera o prazo para a cobrança de multa pelo não pagamento do Imposto de Renda (IR) sobre ganho de capital obtido na venda de imóvel residencial.

O PLS 285/2013 adia o início da cobrança da multa do primeiro dia útil do segundo mês seguinte ao da venda para o 181º dia. Assim, diminui o valor da multa caso o proprietário tenha de pagá-la.

Atualmente, a Lei do Bem (Lei 11.196/2005) livra o contribuinte do pagamento

de IR nesse tipo de operação se ele comprar outro imóvel residencial em até 180 dias após a venda.

O problema é que, se o dono do imóvel vendido não realizar novo negócio nesse prazo, deverá pagar o imposto sobre o ganho de capital dentro de 30 dias.

Caso essa exigência não seja cumprida, será obrigado a arcar com multa e juros calculados retroativamente a partir do primeiro dia útil do segundo mês seguinte ao de recebimento do valor da venda.

A alteração foi acolhida pelo relator do projeto na comissão,

Wellington Fagundes (PR-MT). O senador concorda que a multa só é mesmo devida após o fim do prazo legal dado para a compra de novo imóvel residencial.

Entretanto, Wellington rejeitou uma segunda sugestão de mudança na Lei do Bem que ampliava de 30 para 180 dias o prazo de pagamento do IR sem multa sobre ganho de capital nesse tipo de negócio imobiliário.

Como foi aprovado em decisão terminativa, o projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

Banco deve ter 45 dias para ceder dados para Justiça e CPIs

O Banco Central (BC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as instituições financeiras terão 45 dias para prestar as informações requisitadas pela Justiça. A fixação de um prazo para o cumprimento da ordem judicial de quebra de sigilo bancário consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 307/2012, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor da proposta, o ex-senador Pedro Taques, argumenta que a morosidade das quebras de sigilo tem sido empecilho para provimentos jurisdicionais, inclusive para os trabalhos investigativos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), cujas requisições se igualam às da Justiça. Nos pedidos feitos por CPIs, o prazo é reduzido para 30 dias.

Substitutivo apresentado pelo relator, José Agripino (DEM-RN), permite ao juiz impor sanções ao responsável pela recusa ou atraso injustificados em prestar as informações.

Além disso, os diretores designados pelo BC ou pela CVM e pela instituição financeira para o fornecimento da informação poderão ser processados por crime de desobediência, previsto no Código Penal, pelo não cumprimento dos prazos, que poderão ser estendidos em duas hipóteses.

A primeira é se a transação tiver sido realizada mais de cinco anos antes da data da solicitação. A segunda é se a instituição que detém a informação tiver sido adquirida por outra. Em ambas as hipóteses, o prazo pode ser de 60 dias, prorrogável a critério do juiz.

O projeto seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, vai para o Plenário.

Critério para corrigir dívidas de municípios com INSS pode mudar

As dívidas dos municípios com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) poderão ter uma nova fórmula de correção. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a substituição da taxa Selic, usada como referencial pelo INSS, pela regra prevista na Lei Complementar 148/2014.

Essa lei, que trata dos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida dos entes federados com a União, prevê juros de 4% ao ano sobre o saldo atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A comissão rejeitou relatório de José Pimentel (PT-CE) pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado (PLS) 262/2008, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e aprovou um voto em separado de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que propôs um substitutivo ao projeto.

O relator entendeu que o projeto ficou prejudicado com a Lei 12.810/2013, que alterou a forma de parcelar os débitos previdenciários de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias e fundações.

Entretanto, o voto em separado recebeu apoio de vários senadores, entre eles Romero Jucá (PMDB-RR), Reguffe (PDT-DF), Alvaro Dias (PSDB-PR), Benedito de Lira (PP-AL) e Lúcia Vânia (PSB-GO). Os senadores concordaram com a intenção de Bezerra de encontrar uma solução para o acúmulo das dívidas dos municípios com o INSS.

O voto em separado recebeu 17 votos favoráveis e 8 contrários. Como foi aprovado um substitutivo, o texto será submetido a turno suplementar de votação. Depois, poderá ser enviada à Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

PEC sobre cargos comissionados tem 1ª discussão em Plenário

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2015, que reduz a quantidade de cargos em comissão — de livre nomeação pelo gestor público — nos governos federal, estaduais e municipais e exige processo seletivo público para seu preenchimento, passou ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário.

A proposta, de Aécio Neves (PSDB-MG), que altera o artigo 37 da Constituição, integra a Agenda Brasil e recebeu substitutivo do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), com alguns ajustes no texto original.

Foram agregadas duas emendas de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que incluiu a “meritocracia” entre os princípios constitucionais que devem guiar a administração pública e abriu a possibilidade para estados e municípios

manterem em sua estrutura, respectivamente, 20% e 30% de cargos em comissão, que deverão incidir sobre os cargos efetivos de cada órgão.

A outra emenda inseriu a “presteza do atendimento” entre os quesitos a serem observados na avaliação de desempenho do servidor. Condição ainda o pagamento de adicional ou prêmio de produtividade ao servidor à previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

A PEC tem que passar por mais quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno. São necessários 49 votos para a aprovação. Se aprovada, serão realizadas mais três sessões de discussão antes do segundo turno. Para que a Constituição seja alterada, a proposta tem que ser aprovada pela Câmara.



Alvaro Dias é o relator do texto que diminui as funções de livre nomeação

Aprovada dedução de IR para combate ao câncer

Doação de bens ou dinheiro a instituições dedicadas ao câncer poderá ser abatida do Imposto de Renda, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

O CONTRIBUINTE DO Imposto de Renda (IR) poderá abater da renda bruta ou deduzir como despesa operacional o valor das doações feitas a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, que opere serviço de saúde destinado à prevenção ou ao tratamento de câncer. A medida está prevista no PLS 645/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Doações a instituições que prestem assistência a pacientes com a doença também poderão ser abatidas no IR. Pessoa física poderá abater todo o valor da doação, até o limite máximo de 10% da renda bruta anual. No caso de pessoa jurídica, o limite é de

2% do imposto devido.

Para se habilitar ao incentivo, o doador terá de declarar, no instrumento de doação, que o bem ou valor doados não serão revertidos, não estão inalienáveis ou sujeitos a penhora. Se no ano-calendário o montante dos incentivos referentes à doação for superior ao permitido, o contribuinte poderá usar o excedente nos cinco anos seguintes.

Vários senadores destacaram a importância da proposta, relatada por Waldemir Moka (PMDB-MS), para o combate ao câncer. Por isso, Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou requerimento para o projeto ser examinado em caráter de urgência pelo Plenário do Senado.



Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto pode ser examinado pelo Plenário em caráter de urgência

Proposta que institui o "PIB Verde" passa em comissão

Além da divulgação anual do produto interno bruto (PIB), somatório de todos os bens e serviços produzidos no país, o IBGE poderá passar a divulgar o PIB Verde, que incluirá o patrimônio ecológico nacional. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2015, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

João Capiberibe (PSB-AP), relator do texto, explica que será possível avaliar a qualidade do desenvolvimento

brasileiro a partir do cálculo do PIB Verde, que leva em conta aspectos da biodiversidade, da fauna e da flora.

— Com ambos os índices, será possível identificar se estamos produzindo riqueza ou se estamos apenas consumindo o patrimônio ecológico nacional, bem como perceber se estamos constituindo passivo ambiental a ser entregue às gerações futuras — disse o senador, em voto favorável.

Além do PIB Verde, o projeto estabelece a possibilidade de

adoção do Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que avalia aspectos ambientais e sociais do desenvolvimento das nações. Dessa forma, frisou o relator, será possível estabelecer comparações internacionais.

Como exemplo, ele cita o crescimento do PIB de China, Estados Unidos e Brasil de 1990 a 2008, respectivamente de 422%, 37% e 31%. Quando se toma por referência o IRI, porém, os países cresceram, respectivamente, 45%, 13% e 18%.

— Quanto maior a distância entre o PIB e o IRI, maior é o passivo ambiental e social que está sendo criado — argumentou Capiberibe.

Antes da adoção do PIB Verde, o projeto, apresentado pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), prevê que o índice seja discutido com a sociedade.

O texto segue à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Relator do texto, Capiberibe defende índice, que leva em conta o meio ambiente

Bezerra diz ser contra mudanças no Estatuto do Desarmamento

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que vai votar contra o projeto que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento.

Entre as alterações previstas na nova proposta, está a permissão para que a posse de armas passe a ser autorizada aos 21 anos, e não mais aos 25, como é hoje. As mudanças foram aprovadas em comissão especial da Câmara dos Deputados.

Para o senador, as modificações facilitarão o acesso às armas de fogo. Na avaliação dele, isso pode gerar mais insegurança e violência no país, em vez de garantir mais proteção às pessoas.

— O Brasil conseguiu diminuir uma tendência para os crimes violentos a partir de 2003, quando o estatuto foi aprovado. O cálculo do Datasus é de que cerca de 160 mil vidas foram poupadas nesses 12 anos.

Seca vai agravar a crise econômica no Nordeste, alerta Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que a seca prolongada no Nordeste vai agravar a crise econômica dos municípios. Ele criticou o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, que, na avaliação dele, não entende do assunto e não conhece as dificuldades dos agricultores nordestinos. Para o senador, os parlamentares de sua região devem debater a questão diretamente com a Presidência da República.

Segundo Pinheiro, o Rio São Francisco está "anêmico" e, por isso, a transposição será pouco eficaz para assegurar a agricultura. Os pequenos agricultores sofrerão mais, lamentou ele.

— Além disso, o Banco do Nordeste quer receber um dinheiro que o agricultor não tem a menor possibilidade de fazer girar, até porque não teve nem condição de plantar.



Walter Pinheiro

Projeto de criação do Estatuto do Cigano será discutido em audiência pública

Projeto que cria o Estatuto do Cigano será tema de audiência a ser realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em data ainda a ser definida. O PLS 248/2015, de Paulo Paim (PT-RS), é relatado na comissão por Hélio José (PSD-DF), autor do pedido de audiência.

Serão convidados representantes do governo na área de promoção da igualdade racial, da Associação Nacional das Etnias Ciganas, da Universidade Federal de Pernambuco e da Associação Internacional Maylê Sara Kalí.

— Apesar de povos ciganos estarem no país desde 1574, apenas agora se discute com mais profundidade a criação de um marco legal realmente representativo de sua realidade. Temos que debater acesso à saúde, à educação, à terra e ao trabalho — disse Hélio José.

Também estão na pauta da comissão outros 11 projetos, entre eles o que trata da revalidação de diplomas médicos estrangeiros (PLS 138/2012). Essas propostas devem retornar à pauta na reunião deliberativa da próxima semana.

Juristas que vão propor nova Lei Geral do Desporto definem temas para avaliação

A comissão de juristas encarregada de produzir o anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro aprovou ontem seu plano de trabalho, definindo os temas que serão abordados e o cronograma das atividades. O relatório final deve ser apresentado e votado em maio.

A ideia é cumprir o prazo de 180 dias dados à comissão para sistematizar e atualizar a legislação em vigor sobre os esportes, além de regulamentar práticas ainda pendentes de regulamentação. Segundo o presidente da comissão, Caio Cesar Vieira Rocha, o anteprojeto deve ser entregue até 6 de junho ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na segunda-feira, a comissão já havia iniciado os debates sobre o conjunto de princípios que devem nortear a legislação, começando pelo conceito de esporte. O colegiado ainda discute as categorias esportivas. Hoje,

lembrou o presidente da comissão, Wladimir Vinicius de Moares Camargos, a Lei Pelé adota as categorias de desporto educacional, de rendimento e de participação.

— A pergunta que nos fazemos é se podemos romper com essa definição histórica, superá-la, até para que a legislação tenha um tratamento mais abrangente quanto ao que é esporte — disse.

Uma das dificuldades na definição desse tópico é que ele se interpõe com a questão do financiamento público, outro tema que começa a ser debatido. Atualmente, a Constituição estabelece que a atenção principal seja para o desporto educacional.

A comissão deve debater 15 temas, como a gestão corporativa, a responsabilidade dos dirigentes e direitos e deveres dos torcedores, torcidas organizadas e clubes. Apostas e direitos televisivos e de arena também serão abordados.

Debatedores pedem novas regras para pesquisas

Em audiência pública no Senado ontem, especialistas apoiaram o projeto de lei que visa agilizar os procedimentos para estudos em seres humanos com novos medicamentos

ESPECIALISTAS OUVIDOS EM audiência pública ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) destacaram a importância do projeto de lei que regulamenta as pesquisas clínicas com novos medicamentos no país. A informação é da assessoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que está entre os autores da proposta, ao lado dos senadores Waldemir Moka (PMDB-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA).

O PLS 200/2015, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), define princípios e regras para as pesquisas em seres humanos, a fim de desburocratizar o acesso de pacientes a novos remédios e promover o desenvolvimento científico.

Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil, Fábio Franke, disse que muitos estudos aguardam regulamentação na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), ligada ao Ministério da Saúde. O Brasil é responsável por 2% dos estudos no mundo.



Hélio José (3º à esq.) conduz o debate com Paulo Hoff (Icesp), Jorge Venâncio (Conep), Fernanda Sobral (SBC), Fábio Franke (Aliança) e Rodrigo Stabeli (Fiocruz)

— Pacientes que teriam potencial de receber um tratamento e que poderiam se beneficiar dele acabam perdendo a oportunidade.

O diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), Paulo Hoff, reforçou a necessidade de agilizar os processos de pesquisas com novos medicamentos. Opinião compartilhada pela conselheira da Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Fernanda Sobral.

Já Rodrigo Stabeli, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sugeriu alterações no projeto para assegurar aos voluntários acesso gratuito e por tempo indeterminado aos métodos de tratamento e diagnóstico, desde que eficazes.

O coordenador da Conep, Jorge Venâncio, garantiu que

o órgão trabalha para reduzir a tramitação dos protocolos e disse que enviará sugestões ao relator do PLS 200.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o debate comprovou a necessidade de um marco regulatório claro na área.

— Trata-se de agilizar para que o paciente tenha acesso a medicamentos modernos no tratamento de doenças graves, como o câncer e o Alzheimer.

Waldemir Moka lembrou que a questão começou a ser debatida em 2013, em audiência proposta por Ana Amélia, quando ele era presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Um assunto tão importante como esse tem que ter uma lei para disciplinar.

A audiência foi pedida pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), relator do projeto na CCT.

Audiência discute restrições de operadoras a planos de saúde

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) promoverá debate sobre a recusa das operadoras de planos de saúde em oferecer planos individuais, obrigando o consumidor a contratar planos coletivos.

A audiência foi requerida por Reguffe (PDT-DF) e Lídice da Mata (PSB-BA).

— Nos planos individuais, o consumidor tem direito a reajuste controlado pela ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar] e a operadora não pode recindir unilateralmente, sendo obrigada a manter o contrato mesmo que o consumidor contraia doença grave — explicou Reguffe.

Para o debate, serão convi-

dados José Carlos Abrahão, presidente da ANS, e representantes da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional do Consumidor, da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios e da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

Também foi aprovado requerimento de Regina Sousa

(PT-PI) para debater medidas de proteção da região ecológica dos babaçuais de Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará.

— O babaçu é uma palmeira nativa que está na Caatinga e em parte do Cerrado, mas está desaparecendo, dando lugar aos canaviais. Cerca de 300 mil mulheres nos quatro estados vivem de quebrar coco

babaçu — frisou Regina Sousa.

A senadora sugere que sejam convidados para o debate representantes das quebradeiras de coco babaçu, da Universidade Estadual do Maranhão, do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Socioambiental (ISA).

As duas audiências serão realizadas nas próximas semanas.

Ana Amélia propõe marco sobre estudo em seres humanos

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o debate da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre a necessidade de incentivo à pesquisa clínica, segundo o PLS 200/2015, que ela apresentou com Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA).

A senadora afirmou que o ponto de partida para um marco legal dos exames clínicos em humanos por instituições públicas e privadas poderá ser esse projeto. Também citou o cientista Samuel Cohen, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que afirma que as pressões sobre os governos por mais pesquisas têm promovido avanços importantes nas últimas décadas, como medicamentos para o combate à aids e ao câncer.

— O acesso à saúde com mais qualidade passa por avanços na forma como fazemos pesquisas científicas.

Jorge Viana sugere parcerias entre ciência e sociedade

No último fim de semana, no Acre, Jorge Viana (PT-AC) participou de audiência com a comunidade científica do estado sobre o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 85, com princípios para orientar a atuação do país em relação a ciência, tecnologia e inovação, estimulando parcerias entre entidades privadas e públicas.

O senador ainda relatou reunião de entidades públicas e da sociedade civil do Peru, da Bolívia e do Brasil na região da fronteira, em que foram discutidos efeitos econômicos e sociais do aquecimento global.

— A humanidade está correndo risco de não mais existir caso o padrão de consumo permaneça o mesmo que existe hoje — disse.

Alvaro: trabalhador com deficiência sofre com crise

Alvaro Dias (PSDB-PR) saudou a realização do Fórum do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. Durante o evento, em Ponta Grossa (PR), os participantes concluíram que é preciso modernizar a legislação sobre o tema.

Segundo o senador, não basta dar emprego a pessoas com deficiência, mas é preciso fornecer as possibilidades de desenvolvimento de seus talentos. Alvaro afirmou que 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência e que esse segmento da população é o mais afetado pela crise econômica.

— Uma empresa por minuto fechou suas portas neste ano de 2015 em razão da crise. Se há dificuldades para trabalhadores de modo geral, imagine para trabalhadores com deficiência.

Reguffe quer fim de empréstimo do BNDES no exterior

Reguffe (PDT-DF) pediu apoio a seu projeto que proíbe o financiamento do BNDES a empreendimentos no exterior. Ele lembrou que os R\$ 15,5 bilhões que financiam projetos em países como Cuba e Venezuela são recursos do contribuinte brasileiro e seriam mais bem aplicados dentro do país. Segundo os cálculos de Reguffe, os valores emprestados pelo BNDES no exterior seriam suficientes para a construção e o equipamento de mais de 100 hospitais públicos.

— O dinheiro do contribuinte brasileiro tem que ser gasto no Brasil. Tem que ser gasto para proveito dos brasileiros, das pessoas que aqui, de forma sua, pagam impostos numa carga tributária que não é pequena.

Ivo Cassol cobra liberação do uso da fosfoetanolamina

Ivo Cassol (PP-RO) fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que ajude na liberação da fosfoetanolamina. Trata-se de uma substância que, segundo estudos da Universidade de São Paulo (USP), teria eficácia no tratamento de determinados tipos de câncer.

Cassol defendeu que Dilma edite uma medida provisória permitindo que pacientes de câncer em estágio avançado tenham acesso à fosfoetanolamina, que ainda está em fase experimental.

— Enquanto se fazem as pesquisas complementares, é um sopro de vida que nós podemos dar para quem não tem outra chance — disse, criticando médicos que são contra o uso da substância.



Pedro Franca/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores e deputados se reuniram ontem para homenagear a OAB e destacar contribuição dos advogados e da entidade para a democracia brasileira

Congresso destaca papel da OAB em defesa da democracia e das leis

Em homenagem aos 85 anos da entidade, parlamentares lembram luta da Ordem pelos direitos humanos e pela Constituição

A OAB NÃO apenas disciplina o exercício da profissão de advogado, mas defende a Constituição. A análise da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura da sessão solene do Congresso ontem em comemoração aos 85 anos da OAB. Para Renan, os constituintes foram sábios quando estabeleceram que o advogado é indispensável à administração da Justiça.

— O papel da OAB abrange a defesa da Constituição, do Estado democrático de direito, dos direitos humanos, da

justiça social, da boa aplicação das leis e da rápida administração da Justiça.

O presidente do Senado também ressaltou o desempenho da OAB na luta pela redemocratização do país durante a ditadura militar. Renan lembrou o papel de Raymundo Faoro, que presidiu a OAB entre 1977 e 1979. Segundo ele, Faoro resistiu aos excessos do regime militar e foi a voz da sociedade civil pela restauração dos direitos fundamentais.

— O respeito que inspirava e a sua capacidade de articulação política foram significativas para a revogação do

AI-5 e a restauração do habeas corpus, suspenso desde 1964 — disse Renan.

As relações entre a OAB e o Congresso na defesa da democracia e das leis foram destacadas pelo presidente nacional da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho. Para ele, não há salvação fora da Constituição e os princípios fundamentais devem ser respeitados a qualquer custo.

— Saibam que a Ordem jamais ficará omissa. Ela sempre atenderá ao chamado da sociedade brasileira no sentido que a Constituição seja respeitada, a democracia seja valorizada e que esse Parlamento, que ecoa as vozes distantes da sociedade brasileira e que é o símbolo da pluralidade da democracia deste país, seja respeitado — afirmou.

Simone Tebet (PMDB-MS) ressaltou se orgulhar de ser advogada e afirmou que a OAB é uma instituição que não apenas defende seus pares, mas o cidadão. Essa característica, disse a senadora, foi provada em vários momentos da história do Brasil e algumas vezes deixou vítimas, como a então secretária da Ordem, Lyda Monteiro da Silva, assassinada durante a ditadura militar.

— No dia 27 de agosto de 1980, Lyda perdeu a sua vida quando uma bomba endereçada ao presidente da Ordem se estilhaçou em seu colo e também estilhaçou na mente de todos nós — lembrou Simone.

Wellington Fagundes (PR-MT) reforçou que a sessão não foi apenas uma celebração, mas uma chance de diálogo entre o Congresso e a OAB na defesa do Estado democrático de direito.

Para senadores, Ordem tem voz ativa na sociedade

A luta histórica da OAB pela democracia, pelos interesses nacionais e pelos direitos humanos foi evocada por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador sugeriu, no entanto, que nos próximos 15 anos a entidade abraça a bandeira de uma educação igual para todos os brasileiros.

— A OAB tem que ser a vanguarda na luta para que neste país o filho de um trabalhador estude na mesma escola do filho de um patrão. Para que os filhos dos pobres estudem nas mesmas escolas dos filhos dos ricos.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) realçou o papel do advogado na defesa do cidadão. Ele lembrou que todos têm o direito a defesa.

— Por mais que ele tenha pecado na sua ação, na sua defesa tem sempre um advogado. Quando não

é um advogado constituído, é um defensor público que tem a missão de preservar o direito inviolável do cidadão de se defender perante o Judiciário — disse o senador.

Para Jorge Viana (PT-AC), em momentos de crise política, como o atual, a OAB precisa ter voz ativa e vigilante. Ele confessou ter receio do clima de enfrentamento político: — Tenho medo que a gente danifique a democracia, a vida partidária e a atividade política e que a gente tente buscar salvadores da pátria.

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) acentuou que a OAB é uma das instituições civis mais importantes do Brasil e sempre esteve na linha de frente da resistência democrática. Já o deputado Sandro Alex (PPS-PR) pediu que a instituição esteja cada vez mais presente na luta pelos direitos dos cidadãos.

Caiado critica atitude do PT contra manifestações

Ronaldo Caiado (DEM-GO) lamentou o que chamou de intimidação do governo petista em relação aos protestos que ocorrem em diversos segmentos sociais no Brasil. O senador criticou a utilização da Guarda Nacional para conter a manifestação dos caminhoneiros e ressaltou que a lei só existe para os que não são simpatizantes do governo.

Caiado disse que a única preocupação desse governo é a de se manter no poder.

— O PT se mantém no poder porque nesses 12 anos se enraizou na estrutura do governo. Os movimentos de protesto vão proliferar pelo Brasil afora — ressaltou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe: querosene caro prejudica aviação

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o preço do querosene é um dos maiores gargalos da aviação comercial brasileira, que registra prejuízos que já atingem R\$ 7 bilhões em 2015.

O principal gargalo da aviação, disse, é a precificação do combustível dos aviões, que corresponde a até 40% dos custos de uma empresa aérea. O senador explicou que o ICMS sobre os combustíveis tem diferentes alíquotas no país, que variam de 12% a 25% nos principais aeroportos.

— A prática é prejudicial a todos. A ausência de regulamentação traz prejuízos para os estados, o consumidor final e as empresas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

João Alberto lamenta morte de assessor

João Alberto Souza (PMDB-MA) encaminhou voto de pesar à família do assessor parlamentar Salomão Silva Sousa, que morreu ontem.

O senador destacou que Sousa exerceu atividades “com honradez e esteve sempre comprometido com os valores éticos e morais da pessoa humana”. Além disso, foi admirado pela sociedade maranhense, tendo sido membro da executiva regional do PMDB do Maranhão.



Pedro Franco/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência pública, especialistas disseram que a academia precisa discutir e enfrentar o problema, em vez de tentar abafar os casos de estupro e assédio sexual nos campi

Mulher é vítima de violência até na universidade

GRANDE PARTE DAS mulheres brasileiras é ou já foi vítima de violência e assédio, práticas que acontecem em todos os espaços sociais, seja a família, o ambiente de trabalho ou mesmo as universidades. Essa foi uma das afirmações debatidas ontem por parlamentares e especialistas em audiência pública interativa na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presidente da comissão, Simone Tebet (PMDB-MS), informou que foi divulgado nesta semana o *Mapa da Violência 2015 — homicídio de mulheres no Brasil*. Para a senadora, o estudo traz “dados assustadores”, como o crescimento da violência contra mulheres negras. Ela disse que o Brasil está em quinto lugar entre 83 países com mais assassinatos de mulheres.

A secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aline Yamamoto, relatou que ocorrem mais de 500 mil estupros por ano no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Entretanto, apenas 10% desses casos são denunciados à polícia ou à Justiça. Ela disse que o país apresenta uma “cultura do estupro” que naturaliza a violência sexual contra mulheres, culpando as vítimas e contribuindo para a subnotificação desses crimes.

Aline Yamamoto afirmou que a maioria das mulheres já passou por situações de assédio ou violência sexual e que

em um terço dos casos os agressores são pais, padrastos, amigos ou pessoas conhecidas. Ela também afirmou que os gestores universitários têm falhado na responsabilização dos agressores em ambiente acadêmico.

— As mulheres sofrem violência e assédio em todos os espaços, no ambiente de trabalho e nas universidades. Um homem não sabe qual a sensação de caminhar por uma rua escura com medo de ser violentado. Tem muito a ser feito para combater essa cultura do estupro no país — disse.

Gestores universitários falham ao não responsabilizar os agressores

A deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), que é relatora do colegiado e sugeriu a realização da audiência, disse que a comissão mista busca soluções concretas para o enfrentamento da violência. Ela também elogiou o fato de o país estar vivendo aumento do protagonismo das mulheres na luta e defesa de seus direitos.

O secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Paulo Gabriel Soledad Nacif, alertou para a necessidade de as questões de gênero serem mais debatidas nas universidades. Ele defendeu a educação como fundamental no caminho para uma sociedade melhor e lamentou que as estatísticas mostrem que 13 mulheres foram assassinadas por dia no ano de 2013. Ele lembrou a recente edição do Enem, que trouxe como tema da redação a persistência da violência

contra mulheres no Brasil.

A ex-senadora e professora da Universidade de São Paulo (USP) Eva Blay defendeu que toda mulher que sofre violência sexual tenha direito a atendimento de saúde imediato. Ela disse que a universidade não está separada da sociedade e que é preciso enfrentar o problema também na academia. Eva relatou que participou de cursos destinados a policiais que atuam no campus da USP para que reconheçam situações de assédio ou violência sexual no dia a dia.

Muitos casos de violência sexual contra mulheres são abafados nas universidades com a desculpa de que a divulgação do crime não será boa para as instituições, criticou professora de serviço social da Universidade Federal de Alagoas Andréa Pacheco de Mesquita.

— A universidade é parte da sociedade, com todos os seus problemas. Precisamos urgentemente discutir a cultura do estupro. Há violência simbólica e cultural construída em todos os espaços. Silêncio nas universidades. Onde está a cidadania feminina, onde está nossa igualdade na sociedade?

Para ela, esses crimes precisam ser denunciados, as vítimas devem receber apoio e o país precisa romper a “cultura de silêncio e culpabilização das vítimas”.

A presidente da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria, disse que a violência é um mecanismo de controle do corpo e da sexualidade da mulher e

de seu lugar na sociedade. Ela comemorou o fato de a resistência feminina ter aumentado nos últimos anos:

— Não estamos paradas, estamos em resistência e em luta. As mulheres estão se organizando nas universidades, nas periferias, nas escolas. A violência e a discriminação não são só culturais, há práticas institucionais que as sustentam. A sociedade como um todo precisa ver essa violência como inaceitável.

Já a representante do coletivo feminista Geni, da Faculdade de Medicina da USP, Luiza Ribeiro, também afirmou que muitos casos de violência sexual contra mulheres já foram acobertados na USP. A estudante defendeu a inclusão do tema violência nos currículos universitários e

Mulheres estão se organizando nas escolas e na periferia, destaca ativista

afirmou que a faculdade de medicina não ensina os futuros médicos a como procederem no atendimento de vítimas.

Também participaram da audiência a procuradora da República Luciana Loureiro, a diretora de Diversidade da Universidade de Brasília, Sônia Marise, a secretária-executiva do Conselho Nacional de Juventude, Tâmara Terso, a senadora Regina Sousa (PT-PI) e os deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Maria do Rosário (PT-RS), Moema Gramacho (PT-BA), Érika Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (PSOL-RJ), entre outros.

As próximas audiências abordarão a mutilação de mulheres por companheiros, a situação das apenadas e o abuso de meninas e mulheres no esporte.



Simone Tebet (C) coordena debate com Paulo Nacif, Aline Yamamoto, Eva Blay e Andréa de Mesquita: *Mapa da Violência* com dados sobre assassinato de mulheres no país também foi debatido na reunião

Vanessa lembra pouco espaço feminino no poder

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a ocorrência de várias mobilizações pelo fim da violência contra as mulheres. Ela destacou que as manifestações também foram contra o projeto em análise na Câmara que dificulta a possibilidade de mulheres que sofrem estupro fazerem aborto em hospitais públicos.

A senadora lamentou o aumento da violência contra as mulheres. Para ela, isso se relaciona ao pouco espaço que as mulheres têm no poder:

— Se falta poder às mulheres, a mulher não é respeitada e aí ela é agredida.



Pedro Franco/Agência Senado

Ângela Portela critica homicídios por machismo

Em Roraima, entre 2003 e 2013, houve um aumento de 343% no número de mulheres vítimas de homicídio, enquanto na média do país o aumento foi de 21%, afirmou Ângela Portela (PT-RR). A senadora lamentou esses dados, do *Mapa da Violência 2015*.

A senadora manifestou solidariedade aos familiares das três pessoas mortas na segunda-feira, em Boa Vista, pelo policial militar Felipe Quadros, em um crime passional.

— É inaceitável. Famílias são destruídas por razões de machismo e do pensamento absurdo de que a mulher é propriedade do homem.



Pedro Franco/Agência Senado

Humberto: combate deve ser diário e de todos

Todas as pessoas devem assumir o combate à violência contra mulheres, segundo Humberto Costa (PT-PE). De acordo com o senador, um “processo de dizimação das mulheres” está em curso. Os dados do *Mapa da Violência 2015* indicam, destacou, que o homicídio contra mulheres negras subiu 54% nos últimos dez anos e contra brancas diminuiu 9,8%.

Apenas em 2013, 4.762 mulheres foram mortas com violência. O Brasil, informou, é o quinto colocado no “ranking nefasto” das nações com mais assassinatos de mulheres.

— Esse é o quadro dantesco da realidade brasileira. O combate a essa violência deve ser assumido por todos, diariamente.

Lídice destaca que agressor muitas vezes é da família

Lídice da Mata (PSB-BA) apontou que 50,3% das mortes violentas das mulheres têm como autores familiares, sendo 33% parceiros ou ex-parceiros.

A senadora também disse que a “questão das mulheres” deve ser enfrentada por toda a sociedade.

— A violência contra a mulher tem sua base no machismo. Não é possível enfrentar a violência que se abate contra a mulher considerando que essa é uma agenda somente feminina.

Lídice ainda criticou a pauta da Câmara dos Deputados, com temas que, em sua visão, diminuem os direitos das mulheres.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Superavit primário poderá ser reduzido em 2016

O relator da LDO, deputado Ricardo Teobaldo, apresentou adendo à proposta, com objetivo de diminuir a meta fiscal em R\$ 30 bilhões no decorrer da execução orçamentária

O SUPERAVIT PRIMÁRIO do governo federal em 2016 poderá ser reduzido em R\$ 30 bilhões no decorrer da execução orçamentária. O número foi apresentado ontem pelo relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). Ele entregou mais um adendo ao projeto que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e que pode ser votado hoje.

A meta de superavit primário do próximo ano, definida pelo governo em julho e acolhida por Teobaldo, prevê R\$ 43,8 bilhões para o conjunto do setor público — ou 0,7% do produto interno bruto (PIB), conta que será dividida entre o governo federal (R\$ 34,4 bilhões, ou 0,55% do PIB) e estados, Distrito Federal e municípios (R\$ 9,4 bilhões, ou 0,15% do PIB). Com a autorização para a redução, a meta federal pode cair para R\$ 4,4 bilhões, totalizando superavit de R\$ 13,8 bilhões para o setor público.

Pelo adendo, os R\$ 30 bilhões correspondem a ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos orçamentos fiscal e da seguridade

social. Caso a execução do PAC no próximo ano fique abaixo desse valor, o governo poderá usar, para completar, dotações do PAC de anos anteriores inscritas em restos a pagar.

O relatório final apresentado pelo deputado não previa redução da meta, rompendo uma sistemática que vinha desde a LDO de 2005. Segundo o governo, que inicialmente apoiou a ideia, o objetivo era retomar a credibilidade do resultado primário, apostando em um número fixo, sem reduções.

Projeções

Com a piora das projeções do cenário econômico, e sem poder contar com a CPMF, o governo decidiu rever sua posição e propôs ao relator a possibilidade de abatimento.

A proposta que recria a CPMF (PEC 140/2015) está parada na Câmara, sem previsão para votação. O texto foi enviado em setembro pelo governo e até agora não foi analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), primeira etapa da tramitação.

A mudança apresentada ontem por Teobaldo foi criticada



Benedito de Lira e Rose de Freitas na CMO, acompanham Barros (telão) dizer que é possível cobrir déficit e garantir meta

pela oposição. O deputado Domingos Sávio (MG), que representa o PSDB na CMO, disse que a alteração “é o prenúncio do que será 2016”.

O adendo determina que a redução da meta só se dará durante a execução orçamentária. Ou seja, o relator-geral da proposta orçamentária do próximo ano, deputado Ricardo Barros (PP-PR), terá que elaborar o parecer final

com o superavit cheio de R\$ 34,4 bilhões, sem contar previamente com a redução. Isso o obrigará a fazer ajustes, já que a proposta veio do governo deficitária. Mas Barros afirma que será possível cobrir o déficit e ainda garantir a meta fiscal.

— Não há problema nenhum. Basta cortar — disse.

Ontem, ele informou aos líderes na CMO que preci-

sará cortar R\$ 17 bilhões das despesas. Esse número, no entanto, é provisório e sujeito a mudanças.

Adiamento

Foi adiada para o dia 19 a audiência pública que a CMO realizaria ontem para discutir o contingenciamento de recursos do orçamento das universidades federais.

(Com Agência Câmara)

Comissão de Meio Ambiente aprova emendas

As emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2016–2019 aprovadas ontem prevêm ações para revitalizar o Rio São Francisco, implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos e para inclusão social. Elas serão agora enviadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisa o PPA.

Sugerida por Lídice da Mata (PSB-BA), relatora na CMA, a emenda sobre resíduos sólidos destina R\$ 400 milhões à inclusão socioeconômica de catadores de material reciclável.

Para a recuperação do São Francisco, Otto Alencar (PSD-BA) propôs emenda que destina R\$ 1,2 bilhão ao incentivo de boas práticas de uso de água e solo nos municípios que integram a bacia do rio. Emenda de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) prevê R\$ 550 milhões a serem aplicados em aumento de renda e inclusão social e produtiva voltada à conservação do meio ambiente.

Lídice disse que foram priorizadas as três emendas de mérito de maior abrangência, entre as cinco apresentadas, e acolhidas todas as emendas de texto apresentadas.

MP trata de servidor em licença não remunerada

A medida que prevê a contribuição previdenciária de servidor público em licença ou afastamento não remunerado foi debatida ontem com representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. A audiência pública foi promovida pela comissão mista responsável pela análise da MP 689/2015.

Os servidores públicos a que se refere a medida são vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Servidor da União. Pelo texto original, a vinculação somente será mantida mediante o recolhimento mensal da contribuição própria, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, acrescida do valor equivalente à contribuição da União, suas autarquias ou fundações, incidente sobre a remuneração total do cargo a que o servidor faria jus no exercício de suas atribuições. O recolhimento deverá computar as vantagens pessoais, se for o caso.

Na visão de Rogério Boueri Miranda, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a MP tem um impacto positivo nas contas públicas e corrige “uma distorção”, quando os servidores são comparados com outras categorias. Na iniciativa privada, disse Miranda, se um

funcionário se licencia, ele precisa arcar com sua parte e com a parte do empregador. Segundo o secretário, não existe sentido econômico para a União continuar pagando por um afastamento de interesse pessoal do servidor.

— Não só sob o ponto de vista fiscal, mas também sob o ponto de vista de alocação econômica, o Ministério da Fazenda é a favor da medida.

Justiça

O secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Genildo Lins de Albuquerque Neto, explicou que a MP altera a Lei 8.112/1990 no item que trata da contribuição do servidor. Até a edição da MP, o servidor tinha a opção de não contribuir e não utilizar o tempo de afastamento para a aposentadoria ou, ainda, continuar contribuindo com sua parte. Com a MP, o servidor terá de contribuir, arcando inclusive com a parte da União. Segundo o secretário, é também uma questão de justiça.

— Não é justo para os cofres públicos que um servidor afastado, sem exercer suas atividades, tenha esse tempo contado para a sua aposentadoria. Isso é importante, inclusive, pelo momento de crise econômica que vivemos.

Para Genildo Lins, a MP



Miranda, da Fazenda, fala em audiência pública conduzida por Paulo Rocha (C)

também é uma forma de dar mais proteção ao próprio servidor afastado, já que o vínculo com a administração fica claro. Ele informou que há 4.730 servidores licenciados sem remuneração, mas a União gasta quase R\$ 84 milhões por ano com a contribuição desses servidores. Segundo o secretário, cerca de dois terços dos afastados são para missão no exterior ou para interesse estritamente pessoal.

O relator da medida, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), pediu que o Ministério do Planejamento envie para a comissão o número dos servidores afastados conforme a categoria da licença.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Daro Marcos Piffer, destacou que

há situações específicas que merecem atenção da comissão. Ele citou o caso de servidores que são cedidos a organismos internacionais, de afastamentos para acompanhar cônjuge transferido de cidade e para acompanhar parentes doentes.

Segundo o secretário, o acompanhamento de doença na família é entendido como licença para saúde, não atingida pela MP. Porém, o secretário disse que o texto pode ser mudado, para evitar dúvidas.

O presidente da comissão, Paulo Rocha (PT-PA), pediu a atenção do governo com a tramitação da MP, pois “várias emendas já foram apresentadas”.

— Teremos de fazer um texto alternativo que atenda tanto ao interesse da gestão pública quanto ao dos servidores.